

Política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- Fome aguda: abrange a população que não tem acesso regular aos alimentos.
- Fome crônica: a alimentação diária, habitual, não propicia energia suficiente.
- Pobreza: longe das necessidades elementares, como comida, abrigo, vestuário, educação etc.
- Desnutrição: doença decorrente do aporte alimentar insuficiente em energia e nutriente.

Combate à fome no Brasil

- Brasil colonial: monocultura leva à falta espaço para cultivo de “mantimentos”. Regime de escravatura: a produção de alimento era principalmente para auto abastecimento das propriedades e não para abastecer o mercado
- Monocultura do café e fim da escravatura: prioridade era a exportação de café. Faltam braços para trabalhar e aumenta o n de pessoas nas cidades
- 1917 marco nos problemas de alimentação, problema da carestia, manifestações e primeira greve geral operária em São Paulo. Na realidade, a escassez estava sendo gerada pelos crescentes embarques de alimentos brasileiros para o abastecimento das nações europeias em guerra
- Até os anos 30, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles (Belik et alii, 2001)

Combate à fome no Brasil

- 1937-45:
 - Panorama mundial: II Grande Guerra, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Criação da ONU. Em 1943, na Conferência de Hot Springs (EUA), lançou as bases para a criação da FAO
 - Na área da Nutrição: descoberta científica da fome, surgimento da ciência da nutrição, criação de cursos de Nutrição e Instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Estudos de Josué de Castro demonstram que 71,6% da renda familiar era gasta em ração de 1645 calorias;
 - Regulamentação do salário mínimo no governo Vargas (1º de maio de 1940)
 - 1938 – Definição de ração essencial mínima de um trabalhador adulto
- 1940 - Criação do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) com o objetivo de prestar assistência alimentar e nutricional aos trabalhadores. As principais atividades implantadas pelos SAPS foram os restaurantes populares, postos de comercialização de gêneros de primeira necessidade (subsistência), a preços de custo, campanhas de educação nutricional nos locais de trabalho para divulgar as vantagens de uma boa alimentação. Criação de cursos de treinamento e formação de recursos humanos, realização de pesquisas no campo da alimentação

Combate à fome no Brasil

- 1952 criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA):
 - Plano Nacional de Alimentação: embrião do planejamento nutricional brasileiro. Ações voltadas principalmente para a assistência alimentar e nutricional do grupo materno-infantil e, em seguida, aos escolares e trabalhadores.
 - Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) de Gaspar Dutra (1946-1950), o retorno do populismo de Getúlio Vargas (1951-1954),
- 1954 embrião do PNAE e início de programas de assistência nutricional a gestantes, nutrizes e menores de 5 anos de idade

1964-1984

- Panorama: recessão econômica, fome no mundo FAO e OMS defendem a necessidade de incorporação do planejamento nutricional ao planejamento econômico
- INAN substitui o CNA. Programas direcionados às populações em situação de insuficiência alimentar e a grupos populacionais considerados de risco, gestantes, crianças e nutrizes, além dos trabalhadores inseridos no mercado formal de emprego.
- Proposto, para o período de 1976- 1979, o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), a partir do qual ocorreu o processo de institucionalização de ações de Nutrição no interior da rede pública de serviços de saúde, educação e assistência social em todo o território nacional (BURLANDY, 2003)
- 1974/75 Estudo de despesas familiares – consumo alimentar de 67% da população é menor que o recomendado pela OMS

1964-1984

- INAN:
 - Racionalização do sistema de produção e comercialização de alimentos
 - Atividades de complementação e apoio
 - Suplementação alimentar: Programa de Nutrição e saúde, Programa de complementação alimentar (MPAS e LBA), PNAE (MEC) através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e PAT (MT)
 - Caráter assistencialista e paternalista das ações,
 - melhora do estado nutricional da população de 1975 a 1989: aumento moderado da renda familiar + expansão da cobertura de programas sociais e de saúde

1985-2003

- Panorama: fim da ditadura Militar no país, instalação da Assembléia constituinte, CF 1988, planos de estabilização econômica
- Programas que continuaram: PNAE, Programa de Suplementação Alimentar, Programa de Complementação Alimentar, Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes e Programa de Alimentação do Trabalhador e programas específicos como por exemplo: combate à anemia, à hipovitaminose A, bócio, incentivo ao aleitamento materno e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
- 1990 presidente do INAN era da ABIN (Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias)
- Participação da sociedade organizada: Ação da Cidadania contra Fome, a Miséria e pela Vida, formação de comitês de combate à fome

- 1990-1994- Redescoberta da fome no país e implementação de intervenções governamentais e não governamentais
- 1993 Plano de combate à fome e à Miséria
- Constituição do CONSEA para assessorar o governo na formulação de propostas e implementação de ações para o problema da fome e da miséria
- Transição epidemiológica e nutricional
- 1995 Programa Comunidade Solidária
- Manutenção de programas de alimentação e nutrição
- Bolsa alimentação, Fome Zero

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- SAN consiste:

*“na realização do **direito de todos** ao acesso regular e permanente **a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente**, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base **práticas alimentares promotoras de saúde** que respeitem a diversidade cultural e que sejam **ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis** “*

Interdependência entre DHAA & DS

- Reconhecimento dos Direitos → Legislação, papel do Estado de assegurar e dos titulares na exigibilidade
Teoria de Hegel
- Constituição Federal 88 → Direito à saúde
- EC 64/2010 → alimentação como DS

“para se ter saúde é preciso ter SAN, para se ter SAN é preciso ter saúde”

Interdependência entre DHAA & DS

- Determinantes sociais de saúde



Condicionantes e Determinantes de SAN



Condicionantes e Determinantes de SAN

1. Global e nacional

Sistema político-econômico; modelo de desenvolvimento; comércio mundial
Políticas agrícolas e ambientais (produção de alimentos, mudanças climáticas, sustentabilidade, apoio à agricultura familiar)
Políticas econômicas, sociais e assistenciais
Compromisso com o Direito Humano à Alimentação Adequada

2. Fatores regionais e locais

Produção, disponibilidade e preços de alimentos
Disponibilidade e preços de alimentos *saudáveis*
Estabilidade política
Preconceito e desigualdades étnicas e raciais
Serviços de saúde e de educação
Custo das necessidades básicas
Meios de vida
Emprego – salários e estabilidade
Cultura alimentar
Rede sócioassistencial
Saneamento básico
Vigilância sanitária

3. Fatores domiciliares

Perfil demográfico dos moradores
Gênero e escolaridade da pessoa de referência da família
Saúde dos moradores
Conhecimento e hábitos alimentares
Renda/estabilidade financeira
Emprego e tempo disponível da mãe
Participação em programas sociais
Rede social

Segurança Alimentar e Nutricional
(domicílio/ indivíduo)

- Insegurança Alimentar e nutricional → setor da saúde/assistência social



Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

 <p>Segurança Alimentar (SA)</p>	<p>Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo.</p>
 <p>Insegurança Alimentar Leve (IA leve)</p>	<p>Preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas.</p>
 <p>Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada)</p>	<p>Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.</p>
 <p>Insegurança Alimentar Grave (IA grave)</p>	<p>Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.</p>

Video

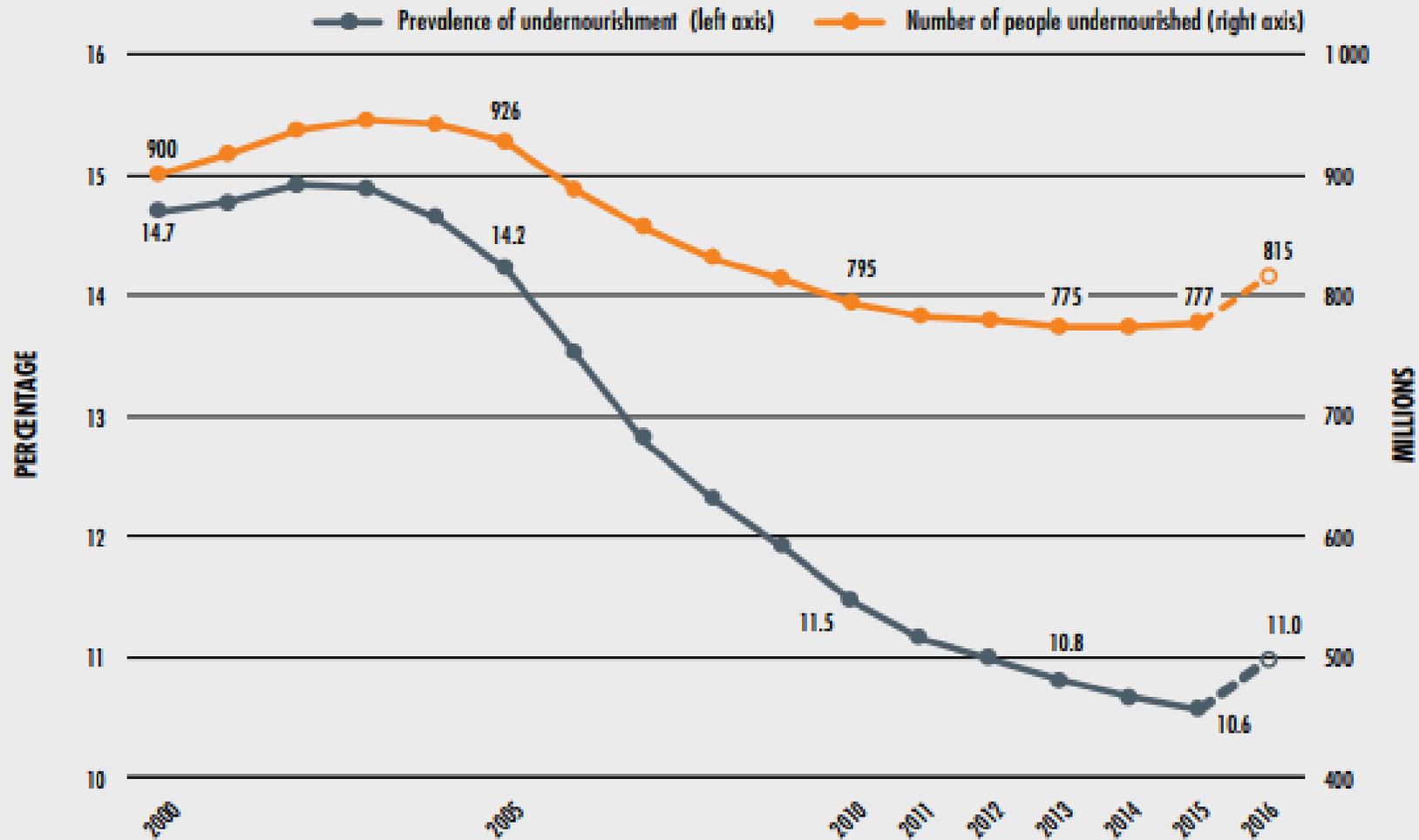
- Muito além do peso resumido
- <https://www.youtube.com/watch?v=xxWDb-0o3Xk>

57% da população brasileira adulta está com sobrepeso

- 21,3% são obesas
- 8% de todas as crianças entre 0 e 5 anos são obesas em 2013 (aumento de quase 80% em comparação a 2008).



FIGURE 1
THE NUMBER OF UNDERNOURISHED PEOPLE HAS BEEN ON THE RISE SINCE
2014, REACHING AN ESTIMATED 815 MILLION IN 2016



NOTE: Prevalence and number of undernourished people in the world, 2000–2016.
 Figures for 2016 are projected estimates (see Box 1 on p. 4 and Methodological notes in Annex 1, p. 95).

SOURCE: FAO.

FAO, 2017

Interlocução entre PNAN & PNSAN

FIGURA 1: QUATRO DIMENSÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR.

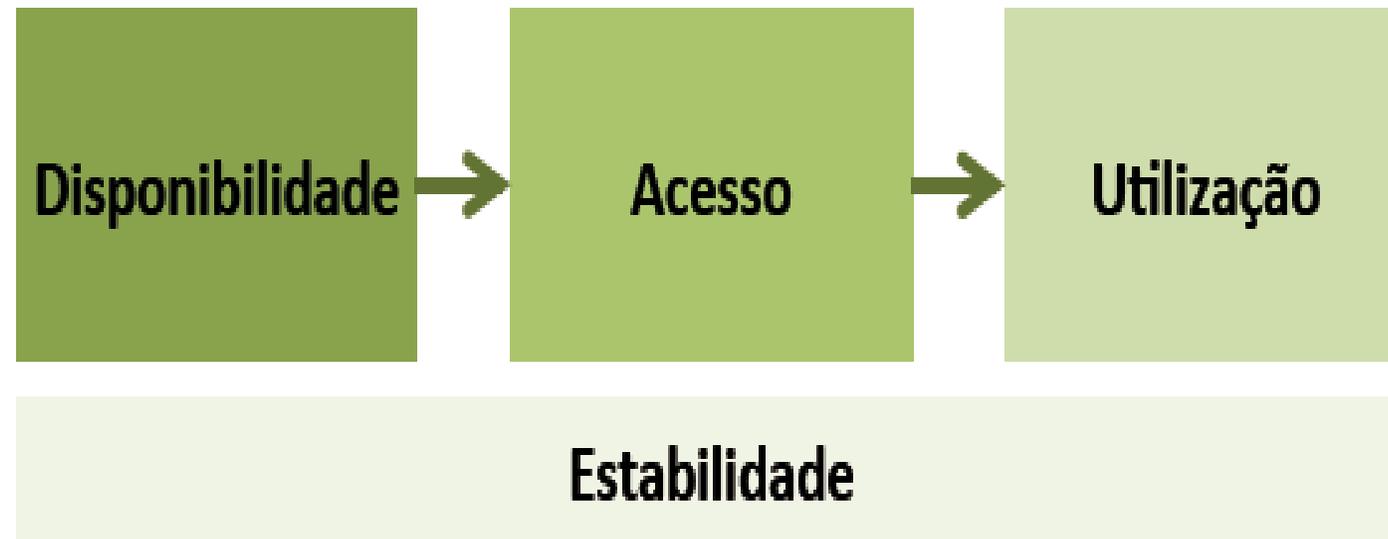
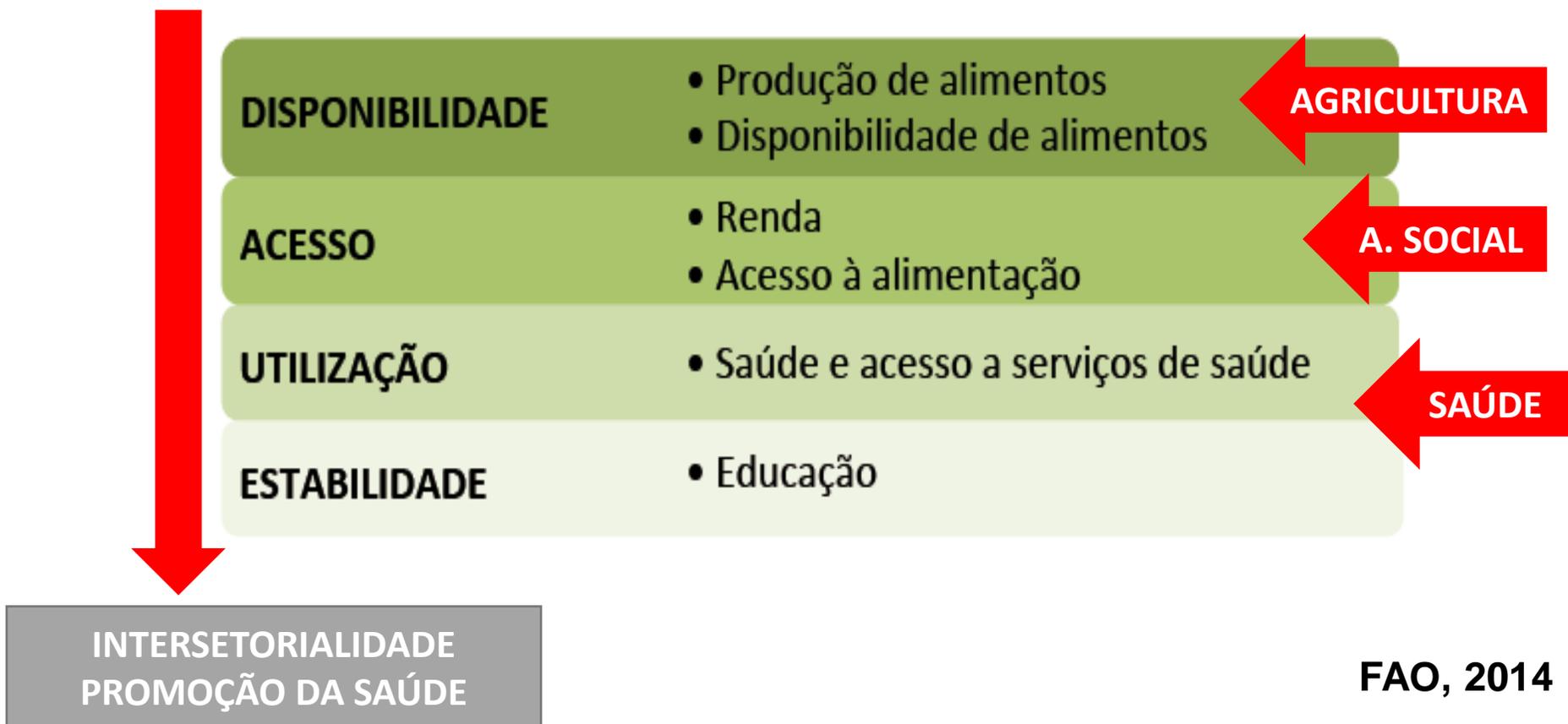


FIGURA 2: CORRESPONDÊNCIAS DAS DIMENSÕES DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO BRASIL ÀS DIMENSÕES ADOTADAS INTERNACIONALMENTE.



Interlocução entre PNAN & PNSAN

- PNAN → *garantia da **qualidade dos alimentos** colocados para consumo no país, promoção de práticas alimentares saudáveis e a **prevenção e o controle de distúrbios nutricionais**.*
- Nova PNAN → *melhoria das **condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira**, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a **vigilância alimentar e nutricional**, a **prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição**.*

Diretrizes da PNAN



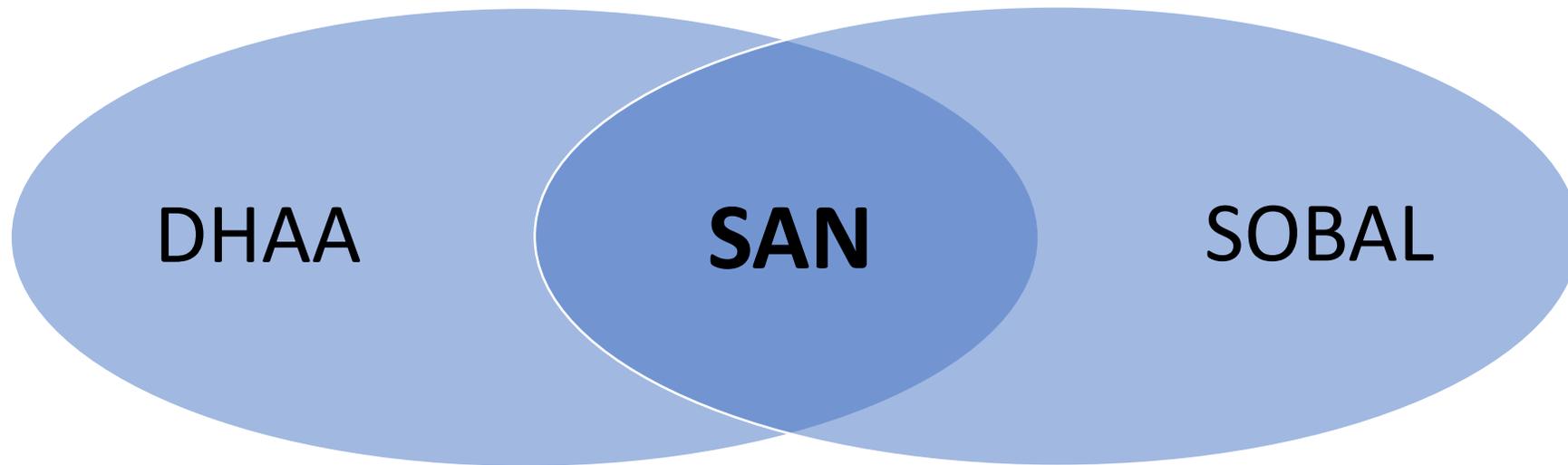
(JAIME, P.C. A Nova PNAN e os desafios da PAAS no SUS. São Paulo, 2012)

Interdependência entre DHAA & DS

- Determinantes sociais de saúde



Interlocução entre PNAN & PNSAN



SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Interlocução entre PNAN & PNSAN

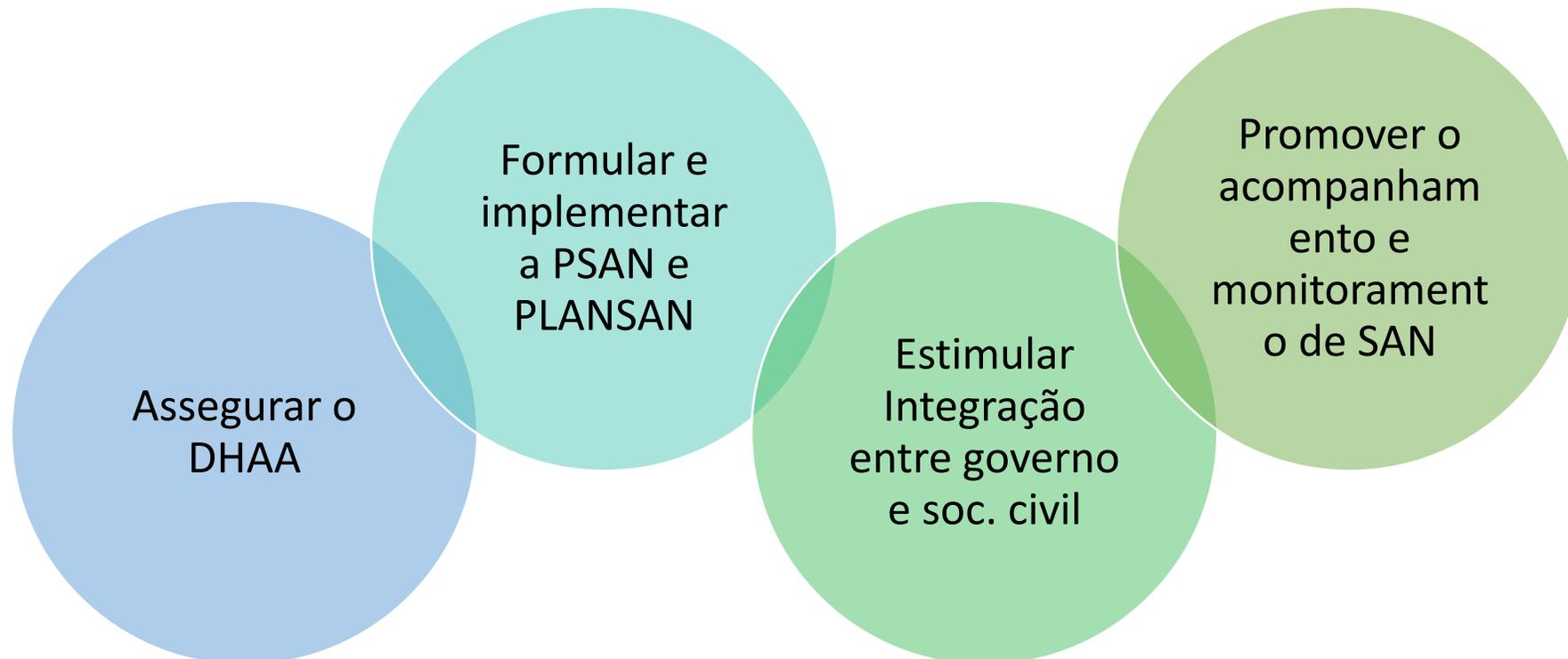
**Quem escolhe o que plantamos ?
Quem escolhe o que comemos ?**

- SOBAL consiste:
*“o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação a toda a população, com base na **pequena e média produção**, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, no qual a mulher desempenha papel fundamental”*

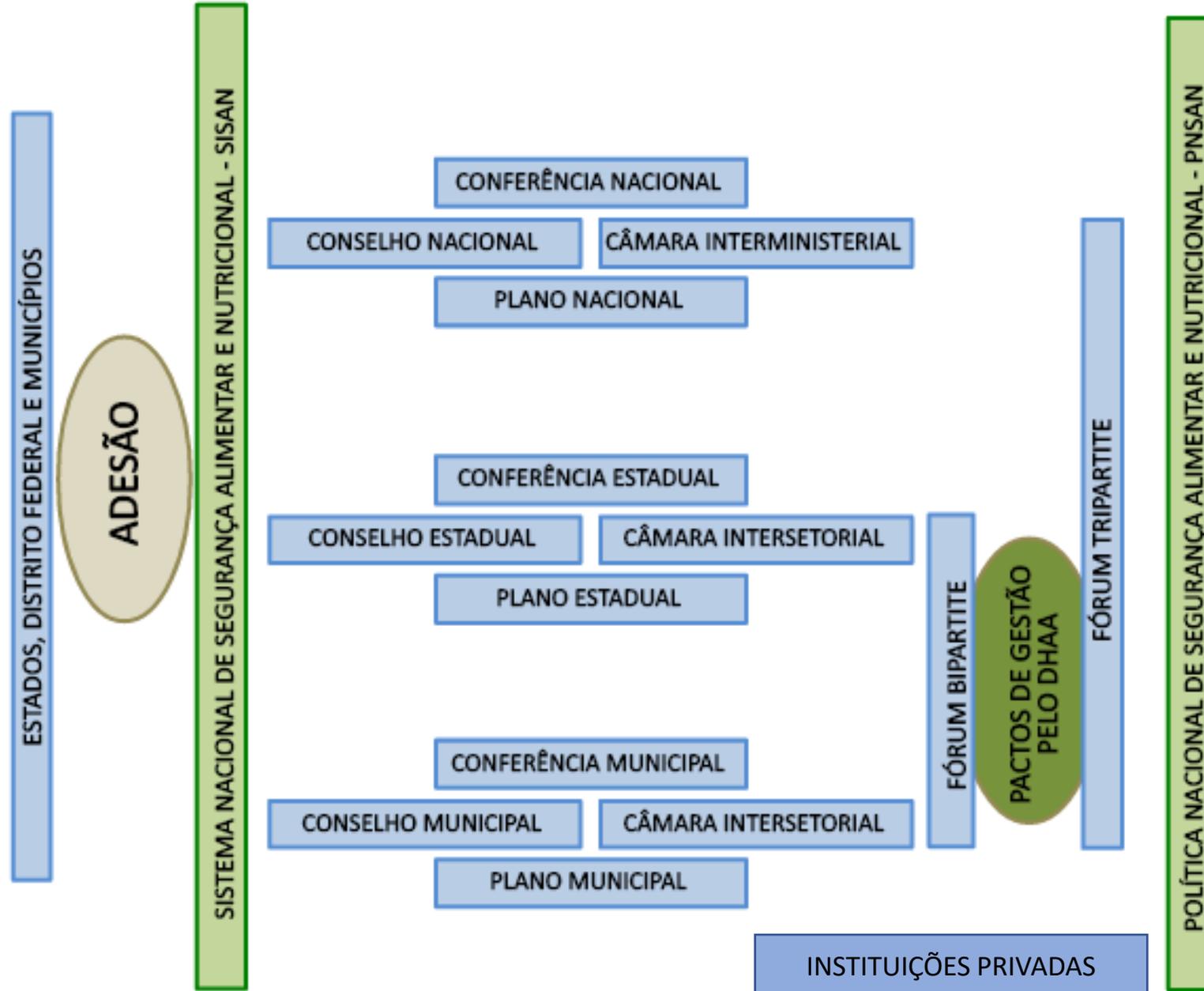
- Soberania alimentar
- <https://www.youtube.com/watch?v=P2H8OfEASSQ>

Mecanismos de governança da PNSAN

- Lei nº 11.346/2006 e Decreto 7.272/2010 - LOSAN, PNSAN e o SISAN

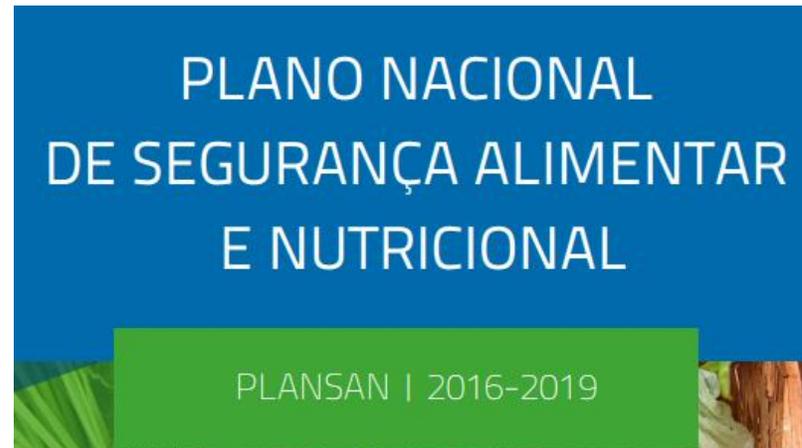


SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Interlocução entre PNAN & PNSAN

- I PLANSAN → *2012 a 2015*
- II PLANSAN → *2016 a 2019*





PROPÓSITOS da PNAN - 1ª Edição

Promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, garantia da qualidade dos alimentos colocados para consumo no país, e estímulo às ações intersetoriais que propiciassem o acesso universal aos alimentos.



Necessária a articulação intersetorial: descritos em seu texto algumas instituições e setores federais prioritários, bem como as principais medidas preconizadas para a articulação com cada um deles.



A PNAN insere na saúde o debate da SAN e traz para o contexto intersetorial a contribuição da saúde

Política Nacional de Alimentação e Nutrição

2ª edição: Portaria nº 2.715, de 17/11/11

Propósito

Melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o **cuidado integral** dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.

Reafirma todos os princípios do SUS, além de considerar:

- *Alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde*
- *Respeito à diversidade e à cultura alimentar:*
- *Fortalecimento da autonomia dos indivíduos*
- *Determinação social e a natureza interdisciplinar e intersetorial da alimentação e nutrição:*
- *Segurança Alimentar e Nutricional com Soberania.*

- A conjunção das novas necessidades de saúde da população brasileira,
 - inovações nos mecanismos de gestão e organização da atenção a saúde adotadas no SUS;
 - responsabilidades do setor saúde para promoção de SAN junto ao SISAN;
- Revisão da PNAN, realizado entre os anos de 2010 e 2011.



Atualizar as diretrizes de forma a orientar a organização e qualificação das ações de alimentação e nutrição nas RAS e legitimá-la como interlocutora entre o SUS e o SISAN.

Contribuir com os processos de PAAS de forma abrangente, levando em conta os **determinantes sociais da saúde** e o contexto da SAN

Avanços e Desafios

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

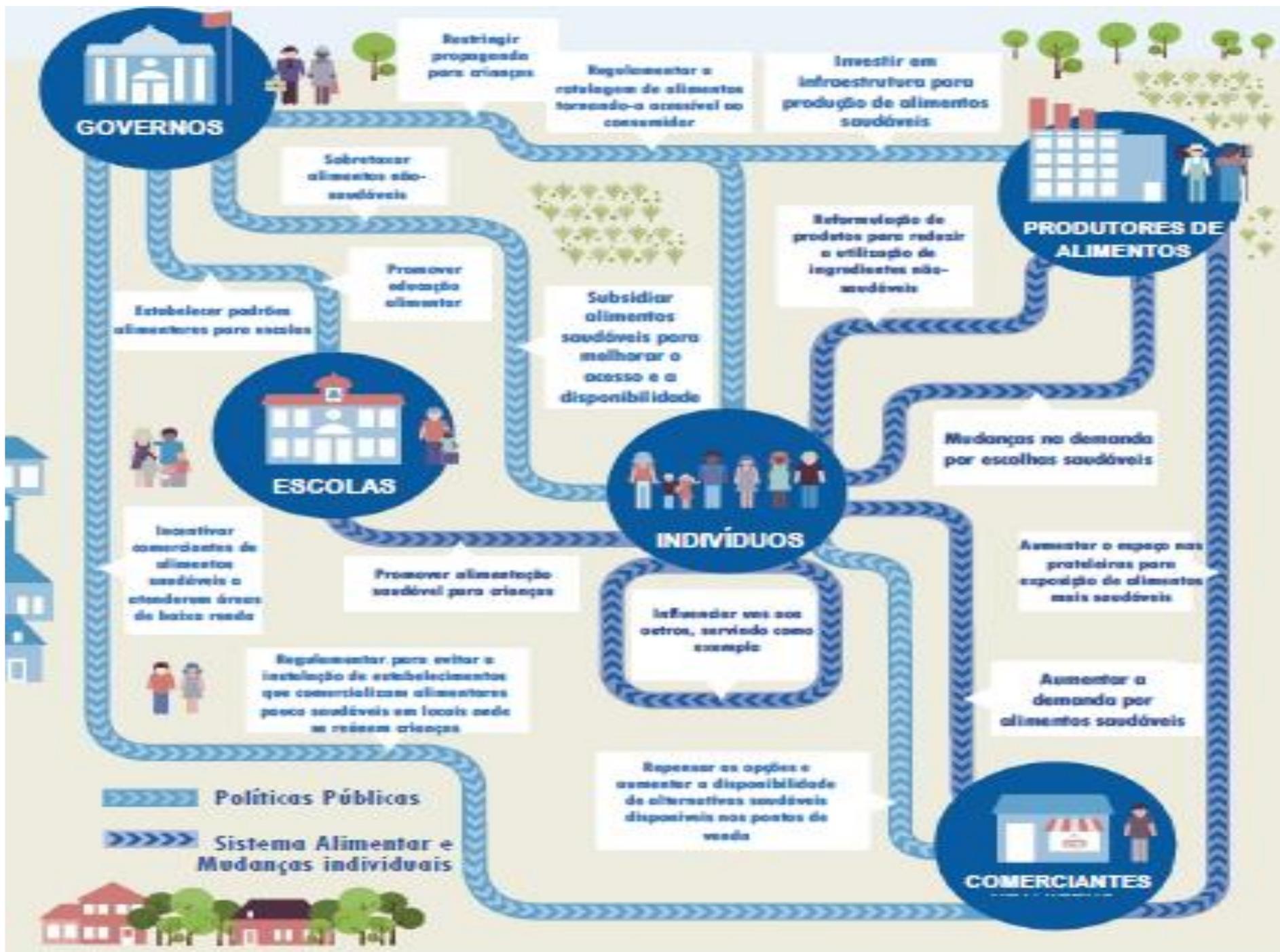
2º objetivo: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

COMO OS GOVERNOS PODEM DAR SUPORTE PARA ESCOLHAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS?

THE LANCET

O sistema alimentar é uma rede interligada de produtores, indústrias e instituições. Mas no centro desta rede está o indivíduo. Políticas podem afetar todas as partes da rede, influenciando uma mudança cultural em relação a preferências alimentares mais saudáveis.

- Governos → Elaborar políticas públicas
- Agricultores → Produção de alimentos
- Escolas → Instituições promoção de EAN
- Comerciantes → Vendem alimentos
- Indivíduos → Impacto sobre todos



Soberania alimentar

- <https://www.youtube.com/watch?v=FiYhvu5wanc>



Referências

- Alves KPS e Jaime PC. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017.
- Belik W; Silva JG, Takagi M. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.4 [cited 2017-10-10], pp.119-129. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839.
- Lemos JOM, Moreira PVL. Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição: Um Passeio pela História. *R bras ci Saúde* 17(4):377-386, 2013. DOI:10.4034/RBCS.2013.17.04.09
- Vasconcelos FAG. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Rev. Nutr*, 18(4):439-57, 2005
- Tramontt C, Bernardi D, Karageorgiadis E, Franco JV. Seminário da disciplina Política social, políticas públicas e promoção da saúde – Segurança alimentar e nutricional, 2016.
- Pires P, Nunes N, Moreira MR. Seminário da disciplina Política social, políticas públicas e promoção da saúde sobre o texto: Alves KPS e Jaime PC. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2017.